



Supremo Tribunal Federal

Ofício nº 1.437/R

510.2018/02/8/E
A publicação
junte-se ao
processo do PLS
58 de 2015 - compl
mentar.
Em 26/05/18
MBSou

Brasília, 11 de maio de 2018.

21 MAI 2018

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 5.867

IMPETRANTE: Walter Neumaier

IMPETRADOS: Presidente da República
Presidente do Senado Federal
Presidente da Câmara dos Deputados

LITISCONSORTE PASSIVA: União

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, mediante a decisão cuja cópia segue anexa, julguei extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos dos artigos 485, inciso VI, do Código de Processo Civil e 21, inciso IX, do Regimento Interno do Supremo.

Atenciosamente,

Ministro MARCO AURELIO
Relator

Presidência do Senado Federal
Receb: o Original
Em: 21/05/18 Hs: 08:53
Kivama
Via Correios.

Supremo Tribunal Federal

MANDADO DE INJUNÇÃO 5.867 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
IMPTE.(S)	: WALTER NEUMAIER
ADV.(A/S)	: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

MANDADO DE INJUNÇÃO -
APOSENTADORIA ESPECIAL -
SERVIDOR PÚBLICO -
INSALUBRIDADE - ENUNCIADO
VINCULANTE Nº 33 DA SÚMULA DO
SUPREMO - INTERESSE PROCESSUAL
- EXTINÇÃO.

1. O Gabinete prestou as seguintes informações:

Walter Neumaier, servidor público federal, formalizou mandado de injunção buscando, em síntese, suprir omissão legislativa a obstar o exercício do direito à aposentadoria especial, tendo em conta o artigo 40, § 4º, inciso III, da Constituição Federal.

Supremo Tribunal Federal

MI 5867 / DF

Vossa Excelência, em 4 de fevereiro de 2014, julgou procedente o pedido, havendo sido interposto agravo interno contra a decisão.

O processo é eletrônico e encontra-se concluso.

2. O Tribunal editou o verbete vinculante nº 33 da Súmula, com o seguinte teor:

Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

O pronunciamento possui efeito vinculante em relação à Administração Pública direta e indireta, nos três níveis da Federação, conforme o artigo 103-A, cabeça, da Constituição Federal. Eventual descumprimento abre a via da reclamação, nos termos do § 3º do mesmo dispositivo.

Considerada a integração realizada pelo Supremo e a inviabilidade de a autoridade administrativa alegar lacuna legislativa, constata-se a perda superveniente do interesse processual para ver julgada a impetração.

Observem que o exame dos requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria não se confunde com o fundamento de inexistência de norma regulamentadora. Tendo o Tribunal decidido, de forma cogente, pela possibilidade de aplicação do artigo 57 da Lei nº 8.213/1991, não lhe compete verificar se é, ou não, caso de aposentação.

3. Torno sem efeito o ato formalizado em 4 de fevereiro de 2014, declarando prejudicado o recurso interposto.

Supremo Tribunal Federal

MI 5867 / DF

4. Julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, a teor dos artigos 485, inciso VI, do Código de Processo Civil e 21, inciso IX, do Regimento Interno do Supremo.

5. Publiquem.

Brasília, 8 de maio de 2018.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator